

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 7 de dezembro de 2021 • Nº 1206 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

POUPANÇA

Saque supera depósito em R\$ 12,3 bilhões

Os saques em caderneta de poupança superaram os depósitos pelo quarto mês seguido, segundo dados divulgados pelo Banco Central ontem. Em novembro, primeiro mês sem o pagamento do auxílio emergencial, o

resultado foi negativo em R\$ 12,37 bilhões. Esta é a segunda maior retirada líquida da modalidade no ano, atrás apenas de janeiro, que teve saída de R\$ 18,1 bilhões, pior resultado em 26 anos. Em novembro, os bra-

sileiros sacaram R\$ 294 bilhões da caderneta e depositaram R\$ 281,7 bilhões. No ano, a poupança acumula captação (diferença entre entradas e saídas) negativa em R\$ 43,1 bilhões. **PÁGINA 2**

RECUO DO STF

ABRASIL



Rosa libera pagamento de emendas do relator

A ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), liberou os pagamentos de emendas de relator que haviam sido suspensos pela corte e se tornou motivo de embate entre os Poderes. A magistrada também ampliou de 30 para 90 dias o prazo para que o Congresso informe o nome de todos os parlamentares beneficiados em 2020 e 2021 por essas verbas, utilizadas como moeda de negociação política do governo Jair Bolsonaro. A decisão será submetida ao plenário da corte, mas ainda não há data definida para o julgamento. Segundo a ministra, as providências adotadas pelo Legislativo "mostram-se suficientes" para "justificar o afastamento dos efeitos da suspensão determinada" pela corte. Assim, o governo e o Congresso poderão executar os cerca de R\$ 9 bilhões de emendas de relator que estavam parados por ordem do Supremo - Rosa Weber havia determinado a suspensão no começo de novembro. Na decisão de ontem, a ministra cita que o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), solicitou ao relator-geral do Orçamento que informe o nome dos beneficiados pelas emendas que estão sob seu controle a fim de cumprir a ordem do tribunal. A magistrada, porém, divergiu do prazo de 180 dias fixado por Pacheco para obter uma resposta.

MONTADORAS

Produção de veículos tem alta de 15,1% em novembro

Balanço divulgado ontem, em São Paulo, revela que a produção de veículos no Brasil registrou alta de 15,1% em novembro (206 mil unidades), na comparação com outubro (179 mil unidades). Em relação a novembro de 2020, houve queda de 13,5%. Os dados são da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Foram

173 mil veículos licenciados no mês passado, um recuo de 23,1% sobre novembro de 2020. Segundo a Anfavea, foi o pior desempenho para novembro em 16 anos. Em relação a outubro, houve aumento de 6,5% nos licenciamentos. A entidade destacou a inédita crise de oferta, provocada pela carência global de semicondutores. **PÁGINA 3**

AEROPORTOS

ABRASIL



Ministro do STF cobra governo sobre passaporte de vacinas

O ministro Luís Roberto Barroso (foto), do STF (Supremo Tribunal Federal), deu 48 horas para o governo federal explicar por que não é exigido comprovante de vacinação para pessoas que desembarcam no Brasil pela via aérea. O magistrado mencionou pedido da Anvisa nesse sentido e citou "inércia" do Executivo em atualizar a portaria que trata do ingresso no país. A ordem de Barroso ocorreu na ação em que o partido Rede Sustentabilidade pede para a corte obrigar o Palácio do Planalto a adotar as medidas recomendadas pela agência reguladora para entrada no Brasil. Agora, os Ministérios da Casa Civil, da Justiça, da Saúde e da Infraestrutura terão que justificar ao STF as medidas que vêm adotando para evitar a entrada de novos casos da Covid-19 no país. Na decisão, Barroso também cita o surgimento da ômicron, nova variante da doença. "Diante da inércia do governo federal em revisar a Portaria nº 658/2021, do risco iminente de disseminação de nova cepa de Covid-19, da aproximação das férias e de grandes eventos turísticos (como o Carnaval), o requerente pede, liminarmente, que o STF determine a adoção das medidas recomendadas pela Anvisa", resumiu o ministro. **PÁGINA 5**

PESQUISA

Venda de livros em 2021 já supera 2020

A venda de livros em 2021 já superou todo o acumulado do ano passado em apenas dez meses, mostrando que o mercado editorial vive um momento promissor. A informação é de uma nova pesquisa da Nielsen em parceria com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, que computou os dados até o último dia 7 de novembro. Foram vendidos 43,9 milhões de livros este ano, quando em todo o ano de 2020 se comercializaram 41,9 milhões de exemplares. O faturamento

das editoras nos dez primeiros meses deste ano foi de R\$ 1,83 bilhão. No ano passado inteiro, a receita correspondeu a R\$ 1,74 bilhão, ou seja, menor em R\$ 90 milhões. Quando se faz a comparação exata entre os períodos, pondo lado a lado as janelas de janeiro a outubro de ambos os anos, o crescimento foi de 33% em quantidade de livros e de 31% em faturamento. Vale lembrar que, o início da quarentena representou um baque forte para o mercado editorial. **PÁGINA 2**

INDICADORES

IBOVESPA: 1,70% / 106.858,87 / 1.789,18 / Volume: 27.896.443.747 / Quantidade: 4.136.256										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.) <th colspan="2">EURO turismo</th>	EURO turismo				
Maiores Altas										Maiores Baixas		Mais Negociadas		Taxa Selic		R\$ 3,7053	IPCA 5	1,03% (out.)	Compra: 6,5064	Venda: 6,6864
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Ufir	(27/10)	7,75%	0,12	até o dia 6/dez	Compra: 5,6871	Venda: 5,6877		
GOL PN N2	16,89	+11,34	+1,72	MEIUIZ ON NM	3,02	-11,70	-0,40	VALE ON NM	75,77	+5,43	+3,90	Dow Jones	35.227,03	+1,87	NASDAQ Composite	15.225,152	+0,93	EURO comercial	Compra: 5,6892	Venda: 5,6898
AZUL PN N2	24,80	+10,57	+2,37	REDE D OR ON NM	47,73	3,22	-1,59	PETROBRAS PN EDI N2	28,89	+0,45	+0,13	Euro STOXX 50	4.142,44	+1,80	CAC 40	6.865,78	+1,48	DÓLAR comercial	Compra: 5,6892	Venda: 5,6898
BRASKEM PNA N1	66,40	+9,75	+5,90	RUMO S.A. ON NM	17,60	-2,76	-0,50	BRASECO PN EJ N1	21,20	+2,12	+0,44	FTSE 100	7.232,28	+1,54	BM&F/grama	R\$ 325,16		DÓLAR turismo	Compra: 5,7262	Venda: 5,9062
AMERICANAS ON NM	29,83	+7,26	+2,02	HAPVIDA ON NM	11,23	-1,75	-0,20	ITAUUNIBANCPN EJ N1	23,25	+1,17	+0,27	DAX	15.380,79	+1,39	EURO Comercial	Compra: 6,4178	Venda: 6,4184			
LOJAS AMERICPN N1	5,45	+6,24	+0,32	COSAN ON NM	21,89	-2,15	-0,48	BRASIL ON NM	33,07	+2,70	+0,87				0,0098					

DocuSigned by:

Autentico
diário do
Acionista

6BF767B5695F4B6...

07-dez-21 | 5:37 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Alívio sobre variante Ômicron inspira altas nos mercados globais

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 1,7% ontem, a 106.858 pontos, alcançando a maior pontuação desde 11 de novembro.

O Ibovespa (Índice Bovespa), referência do mercado acionário doméstico, respondeu de forma positiva à redução da pressão sobre o risco fiscal após a aprovação da PEC do Calote pelo Senado, na semana passada, e, principalmente, ao noticiário relativamente tranquilizador desta segunda sobre os efeitos da variante Ômicron do coronavírus.

Um estudo inicial com pacientes hospitalizados na África do Sul indicou que os sintomas são leves quando comparados aos provocados por outras variantes.

Nos Estados Unidos, os índices Dow Jones, S&P 500 e

Nasdaq subiram 1,87%, 1,17% e 0,93%, respectivamente.

Além disso, setores importantes para o mercado doméstico apresentaram altas. A Vale teve forte ganho de 5,54% em um dia de valorização dos contratos futuros de minério de ferro.

No mercado de petróleo, o barril do Brent saltou 5,08%, a US\$ 73,43 (R\$ 417,60). Isso ajudou a Petrobras a subir 0,63%, mesmo em um dia em que a CVM anunciou uma investigação sobre declarações do presidente Jair Bolsonaro quanto aos preços dos combustíveis.

O dólar fechou em alta de 0,28%, a R\$ 5,693, na sua maior cotação desde 13 de abril, quando a moeda americana superou os R\$ 5,71.

Na máxima do dia, a divisa chegou a R\$ 5,702.

NOVEMBRO

Saque em poupança supera depósito em R\$ 12,3 bilhões

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

Os saques em caderneta de poupança superaram os depósitos pelo quarto mês seguido, segundo dados divulgados pelo Banco Central ontem. Em novembro, primeiro mês sem o pagamento do auxílio emergencial, o resultado foi negativo em R\$ 12,37 bilhões.

Esta é a segunda maior retirada líquida da modalidade no ano, atrás apenas de janeiro, que teve saída de R\$ 18,1 bilhões, pior resultado em 26 anos.

Em novembro, os brasileiros sacaram R\$ 294 bilhões da caderneta e depositaram R\$ 281,7 bilhões. No ano, a poupança acumula captação (diferença entre entradas e saídas) negativa em R\$ 43,1 bilhões.

Mesmo com o resultado negativo, o saldo, que é todo o montante investido na modalidade, permaneceu superior a R\$ 1 trilhão no mês. O estoque alcançou a marca pela primeira vez na história em setembro do ano passado.

Neste ano, a poupança teve resultados positivos apenas entre abril e julho. Em outubro, houve retirada líquida de R\$ 7,43 bilhões e em setembro, de R\$ 7,71 bilhões.

Desde o início da pandemia, os resultados da caderneta são impactados pelo pagamento do auxílio emergencial.

Os valores são pagos por meio de conta-poupança digital da Caixa Econômica Federal, o que ajudou a explicar o movimento de forte alta na captação líquida ao longo de 2020, que

bateu recorde com R\$ 166,3 de entradas líquidas.

Após a chegada do vírus ao país, em março do ano passado, a caderneta registrou valores elevados em captação líquida nos meses seguintes, em comparação ao restante da série.

O auxílio emergencial voltou a ser pago no início de abril e terminou em outubro. A nova rodada teve valor menor que a primeira versão, paga entre abril e dezembro do ano passado – inicialmente de R\$ 600 e depois reduzido para R\$ 300.

Neste ano, o benefício teve valor médio de R\$ 250, mas ficou entre R\$ 150 ou R\$ 375, dependendo do tamanho da família de quem recebe.

No ápice da crise, em abril de 2020, a captação da poupança

bateu recorde, com R\$ 30,4 bilhões. O resultado foi superado em maio daquele ano, com R\$ 37,2 bilhões, o maior da série histórica até agora.

A caderneta rende a TR (Taxa Referencial), hoje zerada, mais 70% da Selic, que está em 7,75% ao ano.

A regra prevê que, quando a taxa básica de juros estiver acima de 8,5% ao ano, o rendimento da poupança seja de 0,50% ao mês, mais a TR. Caso a taxa Selic esteja menor ou igual a 8,5% ao ano, o investimento é remunerado a 70% da Selic, acrescida da TR.

A sinalização do BC é de que Selic seja elevada em 1,5 ponto percentual na próxima quarta-feira (8), a 9,25% ao ano. Caso a alta se concretize, haverá mudança na remuneração da modalidade.

COMBUSTÍVEIS

Petrobras desmente Bolsonaro e diz que não definiu corte de preços

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A Petrobras afirmou ontem que ainda não há decisão tomada sobre cortes nos preços dos combustíveis. A afirmação foi feita em comunicado ao mercado para responder declarações do presidente Jair Bolsonaro, que anunciou redução para esta semana.

"A Petrobras não antecipa decisões de reajuste e reforça que não há nenhuma decisão tomada por seu Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP) que ainda não tenha sido anunciada ao mercado", afirmou a empresa, em texto enviado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Na Bolsa de Valores, as ações da companhia ganharam impulso após o comunicado. Os papéis preferenciais da estatal avançavam 1,43% às 13h14 desta segunda.

Bolsonaro disse em entrevista ao site Poder360 que a Petrobras vai anunciar uma série de reduções nos preços dos combustíveis, começando nesta semana. Ele não informou, porém, qual será o valor da redução nem quando vai ocorrer.

"A gente anuncia agora, esta semana, pequenas reduções, a princípio toda semana, do preço dos combustíveis", afirmou, embora a política de preços da estatal não tenha prazos definidos para ajustes nos preços.

No comunicado desta segunda, a Petrobras diz que "ajustes de preços de produtos são realizados no curso normal de seus negócios e seguem as suas políticas comerciais", que preveem o monitoramento dos mercados e análise diária do comportamento dos preços em relação a cotações internacionais.

A empresa repetiu ainda que não antecipa decisões de reajustes a autoridades. O texto desta segunda é semelhante ao divulgado quando Bolsonaro afirmou, no fim de out-

tubro, que a estatal estava prestes a anunciar novos aumentos.

A declaração foi dada pouco antes do último anúncio de reajuste nos preços da gasolina e do diesel, no dia 25 de outubro, que motivou uma tentativa de paralisação nacional dos caminhoneiros no início de novembro. Desde então, a estatal não mexe nos preços dos dois produtos.

Com a queda das cotações internacionais do petróleo nas últimas semanas, em resposta ao avanço da variante Ômicron pelo mundo, os preços internos da gasolina e do diesel passaram a oscilar em níveis superiores ao verificado no mercado internacional.

Referência internacional negociada em Londres, o petróleo Brent, por exemplo, saiu da casa dos US\$ 80 (R\$ 455, pela cotação atual) por barril no fim de novembro e hoje oscila em torno dos US\$ 70 (R\$ 397) por barril.

No início do pregão desta segunda, a gasolina nas refinarias da Petrobras estava mais 12% mais cara do que a chamada paridade de importação, valor que simula quanto custaria para importar o produto. O preço do diesel estava 6% acima, segundo projeção das importadoras de combustíveis.

A Petrobras, porém, repete que tenta não repassar ao mercado interno volatilidades pontuais do exterior, preferindo avaliar o cenário em um prazo mais longo.

"A Petrobras reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais", reforçou nesta segunda.

No ano, o preço da gasolina nas refinarias acumula alta de 74%. Já o preço do diesel subiu 65% no mesmo período.

PESQUISA

Livros já venderam mais em 2021 do que em todo o ano passado

WALTER PORTO/FOLHAPRESS

A venda de livros em 2021 já superou todo o acumulado do ano passado em apenas dez meses, mostrando que o mercado editorial vive um momento promissor.

A informação é de uma nova pesquisa da Nielsen em parceria com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, que computou os dados até o último dia 7 de novembro. Foram vendidos 43,9 milhões de livros este ano, quando em todo o ano de 2020

se comercializaram 41,9 milhões de exemplares.

O faturamento das editoras nos dez primeiros meses deste ano foi de R\$ 1,83 bilhão. No ano passado inteiro, a receita correspondeu a R\$ 1,74 bilhão, ou seja, menor em R\$ 90 milhões.

Quando se faz a comparação exata entre os períodos, pondo lado a lado as janelas de janeiro a outubro de ambos os anos, o crescimento foi de 33% em quantidade de livros e de 31% em faturamento.

Vale lembrar que, se o início

da quarentena representou um baque forte para o mercado editorial, ele se recuperou em poucos meses e terminou o ano passado com números favoráveis.

Editores têm apontado que a pandemia estimulou a leitura, restando como uma possibilidade de lazer ainda acessível durante o período de quarentena.

A política de descontos agressiva das plataformas online também ajudou a aumentar as vendas. O desconto médio acumulado neste ano foi de 24,6%, contra 21,9% do ano passado.

Quem ainda sofre são as livrarias físicas, ameaçadas pela competição com gigantes virtuais que são capazes de praticar preços mais baixos. O setor tem, por motivos como esse, voltado a se aglutinar em torno da ideia de uma lei que estabeleça preço fixo para livros recém-lançados.

A pandemia também fez os ebooks darem um salto significativo, com as vendas subindo 83% no ano em que o coronavírus começou a mudar a rotina dos brasileiros.

2022

Juros do crédito consignado do INSS vão subir para 2,14% ao mês

CRISTIANE GERCINA E LUCIANA LAZARINI/FOLHAPRESS

Os juros do crédito consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vão subir a partir de janeiro de 2022. A nova taxa será de 2,14% para o empréstimo pessoal consignado e de 3,06% para o cartão de crédito. Atualmente, os juros são de 1,8% e de 2,7%, respectivamente.

A alta de 18,9% no empréstimo e de 13,3% na taxa do cartão de crédito foi um pedido dos bancos, após queda nos juros durante a pandemia e um longo período de "congelamento". Desde março de 2020, menos de um mês depois de a Covid ter chegado ao país, as taxas do consignado caíram e permanecem no mesmo patamar.

Os novos juros foram autorizados pelo CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) após reunião na manhã de ontem. O reajuste foi atrelado a políticas de educação financeira para os aposentados e pensionistas do INSS, que deverão ser custeadas pelas instituições bancárias, mas cujos pontos principais serão debatidos e definidos pelo conselho.

"A nova taxa para empréstimo pessoal consignado será de 2,14% e de 3,06% para o cartão de crédito."

Em nota, a Febraban afirma que a alta era necessária para que a oferta de crédito do tipo continue sendo feita a aposentados e pensionistas. Segundo a instituição, o principal custo das operações de crédito consignado é o de captação.

"Os bancos entendem ser importante evitar que o custo de captação e das despesas do crédito consignado inviabilizem a concessão de benefícios a uma parcela significativa destes aposentados e pensionistas, particularmente neste período de final e início de ano", diz o texto.

De acordo com a federação, além de ser a modalidade de empréstimo mais barata, o consignado desempenha um papel importante na vida do aposentado, que utiliza o tipo de crédito para custear dívidas, pagar exames e remédios, além de contas do dia a dia.

"Ele atende particularmente

o público de baixa renda, com uma parcela relevante de negatizados e não-bancarizados que, não fosse esta alternativa, seriam obrigados a recorrer a outras linhas de crédito com taxas e prazos totalmente incompatíveis com as suas necessidades."

A Febraban informa ainda que a concessão do consignado tem caído nos últimos meses. A queda no volume foi de R\$ 9,37 bilhões, em abril deste ano, para R\$ 7,18 bilhões, em outubro, segundo dados do Banco Central. Além disso, 1,6 milhão de aposentados ficaram sem o crédito consignado entre junho a outubro de 2021.

COMO FUNCIONA

O consignado do INSS é controlado pelo CNPS e tem regras próprias. Dados de 2020 mostram que, segundo o INSS, havia 195,6 milhões de consignados ativos no país. Somente neste

ano, foram 37,8 milhões de novos contatos. Dentre as regras controladas estão os juros máximos decididos pelo conselho, além da quantidade de meses para pagar e do limite que pode ser emprestado pelo aposentado. Até o final de 2021, esse limite de empréstimo está em 40% do benefício: são 35% para o empréstimo e 5% para o cartão de crédito.

A partir de 2022, as normas devem voltar ao que valiam antes da pandemia e o aposentado ou pensionista poderá comprometer até 35% de sua renda mensal com essas dívidas: 30% para o empréstimo e 5% para o cartão de crédito consignado.

Até dezembro de 2021, o número máximo de parcelas mensais para pagar a dívida segue ampliado de 72 para 84 meses (de seis para sete anos de pagamento). A partir de 2022, voltam a ser de 72 meses.

Neste ano, desde março, o Banco Central voltou a subir a taxa de juros Selic, o que reflete nos juros cobrados de empresas e pessoas físicas. Nesta quarta (8), a previsão é que haja aumento de 1,5 ponto percentual na Selic, fazendo com que os juros básicos passem de 7,75% para 9,25%.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

MONTADORAS

Produção de veículos tem alta de 15,1% em novembro

FERNANDA CRUZ/ABRASIL

Balanço divulgado ontem, em São Paulo, revela que a produção de veículos no Brasil registrou alta de 15,1% em novembro (206 mil unidades), na comparação com outubro (179 mil unidades). Em relação a novembro de 2020,

houve queda de 13,5%. Os dados são da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Foram 173 mil veículos licenciados no mês passado, um recuo de 23,1% sobre novembro de 2020. Segundo a Anfavea, foi o pior desempenho para novembro em 16 anos. Em

relação a outubro, houve aumento de 6,5% nos licenciamentos.

A entidade destacou a inédita crise de oferta, provocada pela carência global de semicondutores. "Mesmo com uma ligeira melhora de 6,5% nas vendas na comparação com outubro, os resultados ficaram muito

aquém para um mês historicamente aquecido", informou a Anfavea.

As exportações tiveram resultado abaixo do esperado, com 28 mil unidades embarcadas em novembro, queda de 6% em relação ao mês anterior. Na comparação com novembro de 2020, houve queda de 36,3%.

Montadoras correm atrás de peças para concluir carros antes de nova regra ambiental

EDUARDO SODRÉ/FOLHAPRESS

Uma fotografia dos pátios de metade das montadoras instaladas no Brasil mostraria centenas de automóveis aparentemente prontos para venda. Contudo são veículos incompletos, que talvez não cheguem às ruas.

Esses carros foram pré-fabricados de acordo com a sexta etapa do Proconve (Programa de Controle de Emissões Veiculares), que se encerra no dia 31 de dezembro. A sétima fase vale para modelos leves e entra em vigor no dia seguinte. Por consequência, os modelos inacabados que não estiverem adequados às novas regras de emissões e ruídos não poderão ser concluídos em 2022.

Pode parecer algo de simples solução, mas não é bem assim. Luiz Carlos Moraes, presidente das Anfavea, (associação das montadoras), explica que há muitas mudanças nos sistemas de pós-tratamento dos gases, e algumas montadoras aproveitaram a transição para atualizar outros componentes de seus automóveis.

As fabricantes precisam enviar ao governo os números dos chassis dos carros que estão em produção. Modelos montados fora do prazo determinado por lei nesta transição dos regimes de emissões são impedidos de obter licenciamento.

Cerca de 50% das empresas conseguiram componentes para terminar seus automóveis e já trabalham com a montagem de modelos adequados às novas normas. Esse movimento se refletiu nos dados de produção do último mês.

A falta de componentes eletrônicos ainda vai atrapalhar a produção durante o ano de 2022, e a demanda tende a crescer na indústria automotiva.

Moraes afirma que um carro atual tem cerca de 1.000 semicondutores. Com o avanço de tecnologias de segurança e de redução de emissões -como as opções híbridas que devem chegar ao mercado-, esse número pode chegar a 2.000, segundo estudos mencionados pela Anfavea.

Os carros adequados ao Proconve 6 que aguardam peças correm o risco de ser desmontados caso não fiquem prontos até o último dia deste ano. Se isso ocorrer, suas partes deverão ser aproveitadas no mercado de reposição ou em outros modelos. Cada fabricante terá sua política específica.

No pior cenário, os veículos incompletos serão destruídos e terão suas partes recicladas.

Os modelos prontos deverão ser distribuídos até o fim de março, sendo comercializados normalmente. Em outras viradas de legislação ambiental, tais carros

eram vendidos com grandes descontos entre um ano e outro, mas isso não vai ocorrer agora.

Há falta de veículos para pronta entrega e alta nos preços. A consultoria Bright, especializada no setor automotivo, estima que os repasses acumulados nos últimos 12 meses resultaram em um aumento médio de 30% nos valores dos automóveis.

Essa escalada é resultado do desarranjo da cadeia automotiva, da alta do dólar e dos investimentos para adequação ao Proconve 7. A Anfavea diz que as montadoras já investiram R\$ 10 bilhões nessa transição.

Moraes afirma que é um cenário atípico: nada parecido ocorreu em outras transições de legislação ambiental.

O aumento da produção em novembro resultou em uma pequena melhora nos estoques. No início de dezembro, havia carros disponíveis para atender a 18 dias de vendas, com 103,8 mil veículos nos pátios. No começo do último mês, as empresas tinham 93,5 mil unidades disponíveis, o suficiente para 16 dias de comercialização.

Contudo esse número é dinâmico: com as entregas feitas ao longo do mês e a proximidade de férias coletivas, o volume deve cair novamente em janeiro.

Moraes diz que as paradas nas fábricas dependerão também de

questões logísticas, "mas com certeza registraremos um número mais baixo de produção, a menos que ocorra uma grande surpresa".

A Anfavea fez seguidas revisões de expectativas. Há um mês, passou a apostar em dois cenários distintos para a produção.

A visão otimista considerou que, se houvesse uma regularização do fornecimento de semicondutores, cerca de 570 mil veículos deveriam sair das fábricas entre outubro e dezembro. Dessa forma, o ano fecharia com 2,219 milhões de veículos leves e pesados produzidos, alta de 10% em relação a 2020.

Para que esse número seja atingido, as montadoras terão de produzir 186 unidades neste mês, o que depende da entrega de peças e da programação das paradas fim de ano.

Na visão mais conservadora, a produção ficaria em 2,129 milhões de unidades, um crescimento de 6% ante o ano passado.

Em vendas, houve uma leve recuperação entre outubro e novembro. Foram emplacadas 173 mil unidades no último mês, uma alta de 6,5% em relação ao anterior. O cálculo foi feito com base no Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores).

Na comparação com novembro de 2020, houve queda de 23,1% no licenciamento de carros novos.

BB

Banco do Brasil faz mutirão para renegociar dívidas

O Banco do Brasil (BB) começou ontem um mutirão de negociação de dívidas que vai até o dia 17 de dezembro, com descontos de até 95% para pagamento à vista das dívidas vencidas. Também será possível descontos nas taxas de juros e prazo de até 100 meses para renegociação a prazo de operações vencidas, conforme o banco.

"As condições estão disponíveis para mais de 3,5 milhões de clientes - pessoa física, produtor rural e pessoa jurídica, que possuam dívidas inadimplidas oriundas de operações de crédito pessoal, cartão de crédito, cheque especial e outras", diz nota da

instituição financeira.

Para fazer a negociação os clientes podem procurar as agências do banco também os canais digitais: internet, App, WhatsApp (61-4004-0001) e pela Central de Atendimento (4004-001/0800 729 0001).

Segundo a gerência executiva da Unidade Cobrança e Reestruturação de Ativos Operacionais do BB, o mutirão de renegociação "visa proporcionar aos nossos clientes a possibilidade de renegociar suas dívidas, para começar 2022 tranquilo, além de incentivar a educação e planejamento financeiro pessoal e contribuir para a retomada da economia".

MERCADO DE TRABALHO

Indicador atinge menor nível desde abril

O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 4,1 pontos de outubro para novembro. Assim, ele atingiu 83 pontos, o menor patamar desde abril deste ano (78,9 pontos).

O Iaemp busca antecipar tendências do mercado de trabalho no país nos próxi-

mos meses, com base em entrevistas com consumidores e com empresários da indústria e dos serviços.

Em novembro, os sete componentes do Iaemp tiveram queda, com destaque para a situação atual dos negócios no setor de serviços e o emprego previsto na indústria.

Comissão aprova relatório preliminar do Orçamento neste ano

A CMO (Comissão Mista do Orçamento) aprovou ontem o relatório preliminar do Orçamento para manter o cronograma e tentar concluir a votação neste ano, apesar do impasse em relação à PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios. A PEC autoriza o governo a gastar mais R\$ 106 bilhões no próximo ano. A proposta teve sua votação concluída no Senado na quinta-feira passada, mas os parlamentares alteraram o texto e por isso a proposta vai precisar tramitar novamente na Câmara dos Deputados.

A votação do relatório preliminar é uma das etapas de tramitação do Orçamento. Com isso, agora a comissão pode debater os relatórios setoriais, que devem ser votados na próxima segunda-feira.

É o tempo necessário para que a cúpula do Congresso chegue a um acordo sobre quais partes da PEC serão promulgadas e quais ficarão para o próximo ano, afirmou o relator-geral do projeto de Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ). O relatório final seria votado só após a aprovação do texto.

Uma das ideias na mesa é promulgar apenas as partes em comum que já foram aprovadas pelas duas Casas legislativas. Lideranças governistas defendem essa iniciativa, que daria celeridade para o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400.

Senadores, porém, resistem e defendem a promulgação integral, após uma votação acelerada no plenário da Câmara nesta semana. Eles temem que a promulgação apenas dos dispositivos que abrem espaço de R\$ 106 bilhões para gastos possa dar carta branca para o governo efetuar os gastos sem nenhum tipo de controle em ano eleitoral.

Os senadores, ao alterarem o texto da Câmara, incluíram dispositivos para garantir que esses recursos serão vinculados, para serem aplicados apenas para gastos do programa Auxílio Bra-

sil e de seguridade social.

"Nós estamos aguardando a promulgação da PEC por esses dias, amanhã, terça ou quarta-feira, a depender do entendimento das duas Casas, se ela será um formato parcial ou se será um formato integral, de acordo com o que foi feito", afirmou Leal em entrevista. "A partir do momento em que a PEC for promulgada, em qualquer dos pontos, nós estamos aqui preparados tanto para um cenário com espaço fiscal maior quanto para um cenário com espaço fiscal menor."

A promulgação fatiada da PEC exigiria novos cálculos para se manter alguns dos valores esperados pelo Congresso, como o montante de R\$ 16,2 bilhões para emendas de relator. Em seu relatório preliminar, Hugo Leal indicou o valor de R\$ 1,16 bilhão de emendas apresentadas no parecer.

Para alcançar um valor maior, como querem líderes partidários, o relator e o Congresso ainda terão que fazer cortes em outras áreas do Orçamento. Em seu parecer, ele determina que as emendas de relator terão um teto que será o total de emendas individuais e emendas de bancadas -conforme regra aprovada pelo Congresso na semana passada.

"Nós temos outras ações que poderiam ser consideradas também, algum tipo de cancelamento, algum tipo de reformulação. Mas nós estamos trabalhando hoje com um cenário aguardando a promulgação da PEC", disse.

O relator, na prática, adequou o texto às regras aprovadas na semana passada. O dinheiro para bancar as emendas e o valor total do gasto, no entanto, ainda não foram apontados. Inicialmente a intenção era reservar até R\$ 16 bilhões para essas emendas de relator. No entanto, com o aperto nas contas públicas, as estimativas agora estão próximas de R\$ 7 bilhões.

BC/Focus

Mercado financeiro projeta inflação em 10,18%

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, subiu de 10,15% para 10,18% neste ano. Essa foi a 35ª elevação consecutiva da projeção. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), em Brasília, com a expectativa das instituições para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação subiu de 5% para 5,02%. Para 2023, a previsão passou de

3,42% para 3,50% e para 2024 foi mantida em 3,10%.

A previsão para 2021 está acima da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior de 5,25%. Para 2022 e 2023, as metas são 3,5% e 3,25%, respectivamente, também com intervalo de tolerância 1,5 ponto percentual.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como

principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 7,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Na última reunião do Copom deste ano, marcada para amanhã e quarta-feira (8), a previsão do mercado financeiro é que a Selic suba para 9,25% ao ano.

Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica chegue a 11,25% ao ano. E para 2023 e 2024, a previsão é de Selic em 8% ao ano (a previsão da semana passada era 7,75% ao ano) e 7% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalida-

de é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Além disso, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

CONCESSÃO DE LICENÇA
White Martins Gases Industriais Ltda - CNPJ 38.820.448/0006-40 torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 26/510.138/2017, Licença Ambiental Municipal de Instalação - LMI nº 002137/2021 com validade até 23/11/2021 para atividade de demolição de edificações, situado na Rua Aricambu, nº 65, Lote 1, PAL 46344, Cordóvil/RJ.

Administração de Bens F B Faria Ltda.
CNPJ/ME nº 04.641.886/0001-03
Edital de Convocação
A Sra. Luciana Ribeiro Faria convoca os sócios da Administração de Bens F B Faria Ltda. (a "Sociedade"), nos termos do artigo 1.073, inciso I, da Lei nº 10.406/2002 (o "Código Civil"), a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 13/12/2021, às 11h, na sede da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Cardoso de Moraes, nº 96, sala 401, Bonsucesso, para (i) tomar as contas do administrador, o Sr. Francisco Ribeiro Faria, relativas aos exercícios sociais de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020; (ii) deliberar sobre os balanços patrimoniais relativos aos exercícios sociais mencionados no item "(i)" da ordem do dia; e (iii) deliberar sobre os demonstrativos de resultado econômico relativos aos exercícios sociais mencionados no item "(i)" da ordem do dia. Considerada a transgressão, pela administração da Sociedade, do prazo para realização da Reunião de Sócios em caráter ordinário, conforme determina o artigo 1.078 do Código Civil, deve o Sr. Francisco Ribeiro Faria, único administrador da Sociedade, disponibilizar aos sócios que não exerçam a administração, por escrito e com a prova do respectivo recebimento, até o dia 08/12/2021, os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia, bem como outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Reunião de Sócios. Rio de Janeiro, 03/12/2021. **Luciana Ribeiro Faria** - Sócia. (03, 06 e 07/12/2021)

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021
A Pregoeira Débora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 122/2021 no dia 17/12/2021 às 10h00min. - Objeto: (CORTINA DIVISÓRIA HOSPITALAR EM VINIL) Processo nº: 33409.007107/2021-88. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ/MF: 02.318.346/0001-68 - NIRE: 33.3.0016649-1
COMPANHIA ABERTA
FATO RELEVANTE
A Opportunity Energia e Participações S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no §4º do art. 157 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de novembro de 2021, vem informar ao mercado em geral que, nesta data, a unanimidade dos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, encerrou a liquidação e promoveu a extinção da Companhia. Com a conclusão da liquidação, será protocolado perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o pedido de cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" da Companhia, na forma dos arts. 50 e 54 da Instrução CVM nº 480/2009.
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2021.
NORBERTO AGUIAR TOMAZ
Liquidante

CHECK-IN

Passageira invade guichê de empresa aérea em Guarulhos

Uma mulher causou tumulto durante um check-in em um guichê da Latam no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, na sexta-feira passada. Em vídeo que circula pelas redes sociais, a passageira, que não foi identificada, aparece discutindo com funcionários e, em seguida, acaba invadindo o local para agredir os.

Pelas imagens, a passageira afirma aos funcionários que eles "podem filmar" a situação. Ela é retirada do local e, na sequência, se senta no chão e é acalmada por duas pessoas que a acompanham. Logo em seguida, a mulher se levanta e segue em direção ao guichê, mas é impedida pelos companheiros.

Em nota enviada à reportagem, a Latam confirmou a ocorrência e afirmou ter solicitado apoio da Polícia Federal por conta do "comportamento indisciplinado de uma das passageiras."

"Após a cliente alegar mal-estar, a companhia também acionou o posto médico do aeroporto para as assistências necessárias. Em seguida, a passageira foi encaminhada para acompanhamento das autoridades", diz a empresa no comunicado, que não informa o que teria motivado a discussão.

A Latam ainda ressaltou que "segue os mais elevados padrões de segurança, aten-

dendo rigorosamente aos regulamentos de autoridades nacionais e internacionais" e que "repudia veementemente qualquer tipo de ofensa e reitere que qualquer opinião que contrarie o respeito não reflete os valores e os princípios da empresa".

A reportagem entrou em contato com a Polícia Federal para saber se um boletim de ocorrência foi registrado, mas não recebeu retorno até esta publicação.

Em novembro, outros dois casos de agressão contra funcionários do Aeroporto de Guarulhos chamaram atenção nas redes sociais. Em um dos casos, um passageiro quebrou o guichê da GOL Linhas Aéreas após atraso em voo e por suposta falta de assistência e atendimento, o que a companhia negou.

Já no outro, passageiros registraram uma confusão generalizada entre um casal de passageiros e funcionários da companhia aérea KLM. O motivo foi o embarque de um coelho, que havia sido impedido de entrar no avião, ainda que houvesse uma liminar judicial permitindo a viagem do animal.

Em nota, a Air France-KLM afirmou que o caso foi resultado de um "equivoco interno da companhia" e que abriria uma investigação para apurar os fatos.

INTERIOR

Apesar das chuvas, cidades mantêm racionamento de água

MARCELO TOLEDO/FOLHAPRESS

Depois de um outubro muito chuvoso, um novembro com precipitação abaixo da média. Foi o suficiente para que cidades paulistas ampliassem ou retomassem o racionamento de água que tem sido uma característica do interior no decorrer deste ano.

Normalmente dependentes de mananciais como represas ou lagoas para abastecer suas populações, as cidades que sofrem com a crise hídrica adotam medidas diferentes para tentar reduzir o consumo e, com isso, recuperar seus sistemas de captação.

Como as previsões de chuva em algumas regiões também não são favoráveis nos próximos meses, os rodízios de agora têm como objetivo permitir que haja água para períodos como Natal e Réveillon.

No decorrer do ano, mais de uma dezena de cidades do interior decidiram aplicar multas de até R\$ 1.000 para quem fosse flagrado desperdiçando água.

Em Salto, depois de a cidade ter registrado em outubro fortes chuvas e avançado à fase mais branda do racionamento, foi preciso regredir para a fase laranja, o que significa que os moradores agora ficam 24 horas com água, seguida de outras 24 sem o abastecimento em seus imóveis.

De acordo com o Saae (Serviço

Autônomo de Água e Esgoto), foi preciso ampliar o racionamento na cidade justamente porque as chuvas previstas para a região não aconteceram.

Se o cenário piorar, a cidade pode entrar na fase vermelha, que reduz o abastecimento de 24 horas para 12 horas, seguida de 36 horas sem água nas torneiras.

O racionamento, que atinge 80% dos moradores numa crise hídrica que é considerada a pior dos últimos cem anos, é válido em Salto até o dia 30 de dezembro.

Neste domingo passado, por exemplo, o abastecimento foi interrompido às 20h em bairros como Bela Vista, Centro, Eldorado, Panoramita e Porto Seguro e só será retomado às 20h de ontem.

Itu, que enfrenta um racionamento de água desde o dia 5 de julho, assim seguirá pelo menos até o próximo dia 15.

Mesmo com as represas operando com alta em novembro, a CIS (Companhia Ituana de Saneamento) tomou a decisão por avaliar que as chuvas do mês passado foram fracas e insuficientes para recarregar os mananciais.

Segundo a CIS, obras para ampliar o abastecimento de água na cidade estão sendo feitas, entre as quais a ampliação da capacidade do sistema Mombaça.

"O local da captação vem sendo preparado para receber duas bombas de última geração, além de melhorias em infraestrutura

hídrica e elétrica. Teremos maior velocidade para trazer a água do Mombaça", diz comunicado da empresa à população.

Com 7 dos 9 mananciais (represas) da cidade sendo muito dependentes da chuva, campanhas de conscientização têm sido feitas. Além disso, muitas estão sendo aplicadas na cidade.

Em Porto Feliz, na última sexta-feira foi ampliado o prazo de interrupção no fornecimento de água devido ao agravamento da crise hídrica.

Na última quarta-feira, o nível do ribeirão Aveçuia chegou a apenas 30 centímetros no ponto de captação, o que desliga automaticamente as bombas e prejudica o sistema.

As segundas, quartas e sextas, quatro setores da cidade ficam sem água, enquanto às terças, quintas e sábados é a vez de outros quatro setores.

No primeiro dia, Palmital, Cidade Baixa, Vila Progresso e Flamboyant ficaram sem o abastecimento, que se alterna com Popular, Jardim Vante, Vila América e Campo Santo.

"Pedimos a colaboração e a compreensão de todos para que se programem e continuem economizando água neste período difícil, de tamanha e tão prolongada estiagem", informou o Saae (Serviço Autônomo de Água e Esgoto).

Em Vinhedo, choveu apenas

108 milímetros em novembro, abaixo do esperado para o período. Isso, somado à previsão de precipitações inferiores à média histórica até fevereiro, fez com que o serviço de saneamento básico da cidade retomasse com rodízio 24x24, com um dia de água e outro sem.

Em vigor desde a última quinta-feira passada, o sistema é válido para bairros abastecidos pela Estação de Tratamento 1, que compreende 70% da cidade.

De acordo com a prefeitura, a medida também foi tomada com o objetivo de tentar elevar os níveis dos mananciais de captação para que não haja racionamento no período das festas de final de ano.

O rodízio será suspenso entre os dias 23 de dezembro e 3 de janeiro –exceto nos dias 28 e 29. Em oito meses deste ano as chuvas ficaram abaixo da média.

Já Bauru, que tinha adotado rodízio em abril, suspendeu a medida há pouco mais de dez dias, depois da desobstrução e desassoreamento do rio Batalha e afluentes, no último dia 23. O sistema abastece 35% da cidade de 381 mil habitantes.

Segundo o DAE (Departamento de Água e Esgoto), uma escavadeira retirou parte da areia que obstruía o fluxo do rio, o que fez com que o nível da lagoa de captação subisse, suspendendo o rodízio.

PARQUE

Vale do Anhangabaú é reaberto com banheiro sujo e sem quiosques

FÁBIO PESCARINI/FOLHAPRESS

O contador Antônio Carlos de Oliveira, 47 anos, reclamou ao sair do único banheiro público aberto na manhã de ontem, no primeiro dia sem grades no vale do Anhangabaú, na região central de São Paulo. "Está bem zoado aqui", afirmou. O banheiro ao qual Oliveira se referia estava com papel espalhado pelo chão e pia imunda. Também não havia papel higiênico, sabonete e assento no vaso sanitário. Antes de entrar, ele perguntou para uma mulher do serviço de limpeza da prefeitura, que variava do lado de fora, se poderia acessar o local, porque na porta não havia indicação se era o local masculino ou feminino.

Banheiros e fraldários sujos ou fechados são alguns dos problemas do primeiro dia do vale do Anhangabaú sem grades, após reforma que custou cerca de R\$ 105 milhões para a prefeitura e que levou cerca de um ano e meio para ser entregue, após uma sequência de atrasos.

Nesta segunda também foi o primeiro dia de concessão do espaço público pelo consórcio Viva o Vale, quem em julho assinou contrato no valor de R\$ 49 milhões e assumiu o local pelo período de dez anos. Quem passou pelo local e não sabia que até poucas horas antes o vale do Anhangabaú estava cercado com grades achou que era um dia comum e sentiu que havia abandono e falta de zeladoria, como ocorre na região central da capital paulista. "Para falar a verdade, nem sabia que houve uma reinauguração, porque não tem nada de diferente", afirmou o estudante Marcos Silva, 22, que iria com o primo, Fabrício Silva, 19, a galerias da região central para garimpar discos usados.

"Para quem gosta de andar de skate, ficou bom, tem bastante espaço e alguns obstáculos", completou Fabrício. Ao todo, segundo o projeto, a revitalização do vale do Anhangabaú conta com 12 quiosques. Todos esta-

vam fechados na manhã desta segunda e eram varridos por equipes de limpeza da prefeitura. Dos três banheiros públicos encontrados pela reportagem, que ficam junto aos quiosques, um estava sujo, outro estava com as portas fechadas e sem maçanetas e o terceiro ainda tinha grades em frente.

Ao longo do grande cimento do vale do Anhangabaú havia lixo espalhado e lixeiras sem a tampa traseira e sem sacos. Bancos estavam sem pinturas e havia pichação em postes e degraus de escadas.

Apesar dos problemas de sujeira, equipamentos públicos quebrados e pichação já no primeiro dia após a entrega, a gestão Ricardo Nunes (MDB) disse que "houve zeladoria das áreas públicas do vale, com reparos pontuais e limpeza do local".

"Os equipamentos, como quiosques e banheiros, estavam sem uso e serão gradativamente liberados pela concessionária, de acordo com a programação de atividades e a necessidade de atendimento ao público", afirmou trecho da nota da Secretaria de Governo.

Com pedido de resposta até as 12h sobre os problemas encontrados, o Consórcio Viva o Vale, que segundo a administração municipal, é formado pelas empresas W. Torre, Urbancom Consultoria e Participações, B. Internacional Real Estate, Nacional Shopping Planejamentos e Reestruturação de Shopping Center, não retornou à reportagem.

Representantes do consórcio participaram de reunião com o prefeito Ricardo Nunes na manhã desta segunda.

A reportagem também viu carros comuns nos calçadões, inclusive buzinando para pedestres. Segundo a prefeitura, só veículos autorizados e oficiais podem circular no vale do Anhangabaú e que se for flagrado pela GCM (Guarda Civil Municipal), que faz a segurança na região, o motorista poderá ser multado.

ALESP

Aliado de Doria anula CPI que investigaria suspeitas sobre tucanos

JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Carlião Pignatari (PSDB) (foto), anulou o ato de criação de uma CPI que pretendia investigar suspeitas de desvios de recursos públicos em obras das gestões tucanas no estado.

A decisão foi publicada no Diário Oficial de sábado passado, após anos de manobras de tucanos e de aliados para atrasar a instalação da comissão de inquérito.

Essa CPI tinha como principal alvo a Dersa, estatal paulista devassada por investigações que resultaram em acusações que vão de fraude em licitações e corrupção a formação de cartel.

Ao todo, foram apresentadas cinco denúncias pelo Ministério Público Federal contra o ex-diretor de Engenharia da Dersa Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto.

Além disso, a Procuradoria também denunciou o seu sucessor, Pedro da Silva, em suspeitas relacionadas a outro esquema. Ambos sempre negaram ter cometido irregularidades.

A justificativa de Pignatari, aliado do governador e presidente João Doria (PSDB), é a de que o requerimento de instalação da comissão proposto pela deputada petista Beth Sahão (hoje na suplência) não tem "exigência constitucional de caracterização de fato determinado".

O presidente da Assembleia diz ainda que se trata de "de mera justaposição de denúncias e indícios veiculados em grandes órgãos de mídia, sem que seja possível extrair, com contornos precisos, a matéria a ser investigada pela CPI".

"Constata-se, apenas e tão somente, a mera soma de alegações genéricas de supostas irregularidades a serem apuradas como um todo, de modo a compreender sucessivas gestões do Executivo estadual, ausente de todo a necessária delimitação do objeto a ser investigado", diz o texto de Pignatari.

"Essa verdadeira 'colagem' de



AL.SP.GOV

(supostos) fatos trazida pela justificativa nem de longe se presta, para fins da aferição do cumprimento da exigência constitucional ora examinada, a compor um quadro fático no qual se possam identificar contornos precisos, de modo a não deixar dúvidas sobre o objeto a ser investigado", completa.

O requerimento de instalação da CPI da Dersa foi protocolado no início de 2019, no primeiro ano da gestão Doria no Governo de São Paulo.

Em sua justificativa, previa "investigar improbidades e ilegalidades praticadas por agentes públicos e políticos que, por ação ou omissão, deram causa a fraude nas licitações e contratos do governo do Estado".

De acordo com Sahão, isso gerou desvios de recursos públicos "utilizando-se de empresas de fachada para lavagem de recursos de empreiteiras nessas obras viárias, por meio da atuação do Sr. Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa, no período de 2007 a 2019".

À época, tucanos se mobilizaram para impedir que a CPI fosse instalada imediatamente.

Assessores do PSDB se revezaram durante 63 horas em uma fila dentro da Casa para solicitar outras comissões de investigação à frente, já que –com raras exceções– apenas cinco comis-

sões podem tramitar ao mesmo tempo. À época, o líder do governo era Pignatari.

A CPI da Dersa acabou prevista para o primeiro semestre de 2021, mas outra série de manobras impediu o seu começo. Ela podia ter sido constituída por Pignatari, segundo o regimento, desde abril deste ano, o que ele não fez.

Em agosto, um questionamento (instrumento formalmente chamado de questão de ordem) apresentado pelo deputado estadual Campos Machado (Avante), apoiador do ex-governador Geraldo Alckmin (de saída do PSDB), suspendeu a criação da CPI.

Campos Machado disse ter feito o questionamento por "absoluta ausência de fato determinado" na CPI.

"Investigar improbidades e ilegalidades em licitações e contratos, nessas obras viárias, não nos mostram, indubitavelmente, nenhum fato concreto, preciso ou estabelecido", disse Machado no documento protocolado à presidência da Casa.

Pignatari tinha, de acordo com o regimento, 60 dias para responder ao questionamento, mas só o apresentou na decisão publicada em 4 de dezembro, após quatro meses.

Além do ato de criação da CPI da Dersa, também foi anulada,

por razão semelhante, a instalação de uma CPI que investigaria a cobrança indevida de aluguel em ocupações, proposta pelo tucano Marco Zerbini.

Paulo Preto ocupou na Dersa, durante o governo do tucano José Serra (2007-2010), os cargos de diretor de Relações Institucionais e, em seguida, de diretor de Engenharia.

Segundo as investigações, por um lado, ele conseguiu reduzir o valor de contratos do Rodoanel, mas sob promessas de beneficiar as empresas em outras contratações. Ao mesmo tempo, cobrou propina de 0,75% sobre as medições do anel viário, que seria destinada a políticos do PSDB.

A atuação de Paulo Preto foi marcada por um decreto editado por Serra no início da sua gestão, que determinou a reavaliação das licitações vigentes. Nesse período, o ex-diretor fez uma série de reuniões com os consórcios que ganharam a licitação do trecho sul do Rodoanel.

Em uma delas, diz uma denúncia da Lava Jato paulista de 2018, Paulo Preto "informou que a Dersa seria responsável pela licitação das várias obras municipais" e "deixou claro que, se as empresas 'não tivessem boa vontade na renegociação dos contratos, ele [Paulo] não teria boa vontade com as empresas no novo pacote de obras".

As principais suspeitas contra a Dersa não pararam por aí. Também houve suspeitas no trecho norte do Rodoanel, cuja obra foi iniciada em 2013, na gestão Alckmin, e ainda não foi concluída.

O sucessor de Paulo Preto na Diretoria de Engenharia da Dersa à época é Pedro da Silva, que virou réu sob acusação de fraude a licitação e falsidade ideológica.

Atualmente, tramitam na Assembleia Legislativa de São Paulo uma CPI sobre irregularidades no licenciamento e monitoramento de cavas subaquáticas na Baixa da Santista, uma sobre violência contra a mulher e uma sobre suspeitas de irregularidades na concessão de benefícios fiscais.

FRAUDE

TRE aponta falhas de Flávio em prestação de contas do PSL

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

Filiado a um novo partido, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) deixou pendências a serem acertadas com o TRE-RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro) referentes ao período em que presidiu o PSL no estado.

A área técnica da corte identificou duas inconsistências e solicitou a apresentação de nove do-

cumentos ausentes da prestação de contas do exercício de 2018.

O principal esclarecimento a ser prestado é o fato dos registros do PSL-RJ indicarem o recebimento de R\$ 550 mil do Diretório Nacional da sigla, mas a prestação de contas do partido ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não apontar o envio.

Os técnicos notaram também a ausência do extrato de uma conta bancária usada pelo parti-

do e a necessidade de apresentação de comprovantes das despesas realizadas na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Um ponto não questionado na análise foi uma doação em espécie de R\$ 2.450 feita pelo próprio senador à sigla. O uso de dinheiro vivo é uma das características do esquema da "rachadinha" atribuída ao filho do pre-

sidente Jair Bolsonaro.

Os esclarecimentos estão sob responsabilidade da nova direção da sigla no estado. Procurador, Flávio não comentou.

O senador não vai comandar o PL-RJ, sua nova casa. A presidência segue com o deputado Altineu Côrtes, aliado próximo do chefe da sigla, Valdemar Costa Neto. Flávio será ouvido nas principais decisões no estado e vai se dedicar à reeleição do pai.

JULGAMENTO

Boate Kiss: defesas questionam lista com 636 sobreviventes

FERNANDA CANOFRÉ/FOLHAPRESS

A informação da testemunha Stenio Rodrigues Fernandes, 30, ontem, durante o julgamento pelas mortes na boate Kiss, de que estava em Caçapava do Sul, a cerca de 100 quilômetros de Santa Maria, no momento do incêndio que causou a morte de 242 pessoas, levantou um questionamento no júri sobre a lista de vítimas que sobreviveram à tragédia.

O advogado Bruno Seligman de Menezes, da defesa de Mauro Hoffmann, apontado como sócio-proprietário da boate, perguntou ao ex-promoter da Kiss se ele sabia que foi apontado como uma das 636 vítimas pelo Ministério Público. Stenio afirmou que sim.

O número está presente na denúncia por tentativa de homicídio e é divulgado por órgãos oficiais. Segundo Menezes, a lista inclui, por exemplo, Jorge Pozzobom (PSDB), atual prefeito de Santa Maria, deputado estadual na época da tragédia, entre outros nomes.

A reportagem, Pozzobom afirmou por meio de mensagem que a questão é um erro grave. Ele disse que, na noite da tragédia, estava em casa às 3h30, quando foi acordado com a notícia e seguiu para o local da Kiss para ajudar — a boate ficava na região central da cidade.

As defesas pontuaram no júri que a discussão é importante, porque está relacionada ao dolo eventual pelo qual os réus são

acusados — um dos pontos da acusação é que os proprietários teriam assumido risco pela lotação acima da capacidade do local. A superlotação na madrugada de 27 de janeiro de 2013 tem sido um das questões recorrentes feitas às vítimas.

"Nesse caso, uma imputação de tentativa de homicídio a mais ou a menos, é completamente irrelevante. Ela não muda absolutamente nada", afirmou o juiz Orlando Faccini Neto, salientando que isso não significa desmerecer as vítimas de fato da imputação de tentativa de homicídio, que são ouvidas no júri — serão 12 no total.

"Essa denúncia foi ofertada em abril de 2013, quando o fato ocorreu em janeiro de 2013, um dos fatos de maior complexidade de apuração de que se tem conhecimento. Como se disse, eu errei, tu errarás, ele errará, nós erraremos, vós errareis e eles errarão. Isso não afasta em nenhuma medida o trabalho que foi feito", disse ele.

Quatro réus são acusados de homicídio e tentativa de homicídio simples por dolo eventual — Hoffmann, Elissandro Spohr (os dois sócios-proprietários da Kiss), Marcelo de Jesus dos Santos (vocalista da banda Gurizada Fandangueira) e Luciano Bonilha Leão (assistente de palco que teria comprado o artefato pirotécnico).

Entre os problemas encontrados na lista, segundo Menezes, estão um nome em duplicidade, dois bombeiros, duas vizinhas,

duas pessoas que disseram não estar no local, entre outros. Ele diz ainda que todas as vezes que a situação surgiu no decorrer do processo apresentaram registros formais em audiências ou em manifestações escritas.

"Eu entendo como extremamente relevante para que possamos abordar no momento dos debates o aspecto relacionado a superlotação da boate", afirmou ele no júri.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul confirma que há nomes que constaram errado na denúncia, alegando que se deve ao prazo exíguo para conclusão do inquérito e oferecimento da mesma, já que os réus estavam presos na época.

A Promotoria diz ainda que optou por não adicionar outros nomes depois por avaliar que não teria impacto na pena ou implicações jurídicas e porque isso prolongaria o tempo de tramitação do processo.

A promotora Lúcia Helena Callegari defendeu, em meio à discussão, que o número real passaria dos 636 nomes apontados na lista até aqui.

"Quando foi oferecida a denúncia, não tinham sido identificadas todas as vítimas. Posteriormente, foram recebidas pela polícia as listas das pessoas que acessaram os hospitais e várias vítimas que foram hospitalizadas nem constam no rol, vieram depois os prontuários médicos. Nós temos muito mais que 636 vítimas. Estou falando isso porque temos isso documentado no

processo", disse ela.

O juiz explicou ainda que tentou calcular o tempo necessário para avaliarem todas as imputações separadamente: precisariam de algo em torno de 28 dias na sala secreta (onde jurados respondem a questionário para conclusões), sem contar intervalos de almoço, jantar ou sono, o que seria inexecutável, diz ele.

"Se pretenderem dividir vítima por vítima, será impossível quesitar, absolutamente impossível indagar os jurados", afirmou o magistrado.

Jader Marques, advogado que representa Elissandro Spohr, pediu que o Ministério Público não cite mais a soma de número de mortos e sobreviventes — 878 pessoas — já que, para as defesas, há erros no segundo dado.

"O fato de termos, por exemplo, 18 pessoas não localizadas pela Polícia Civil e que constaram como vítimas também importa. A divergência faz diferença porque a acusação insiste em fazer uma soma para determinar um aspecto da acusação que é a lotação", pontuou ele.

O magistrado encerrou a questão afirmando que as balizas do julgamento atual são a imputação feita na denúncia e as decisões anteriores que levaram o processo até o júri.

O julgamento da Kiss acontece em Porto Alegre depois de ser desafortado de Santa Maria, com questionamento das defesas se a cidade onde ocorreu a tragédia poderia garantir um júri imparcial.

COVID-19

Barroso cobra governo sobre passaporte de vacina em aeroportos

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), deu 48 horas para o governo federal explicar por que não é exigido comprovante de vacinação para pessoas que desembarcam no Brasil pela via aérea. O magistrado mencionou pedido da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nesse sentido e citou "inércia" do Executivo em atualizar a portaria que trata do ingresso no país. A ordem de Barroso ocorreu na ação em que o partido Rede Sustentabilidade pede para a corte obrigar o Palácio do Planalto a adotar as medidas recomendadas pela agência reguladora para entrada no Brasil.

Agora, os Ministérios da Casa Civil, da Justiça, da Saúde e da Infraestrutura terão que justificar ao STF as medidas que vêm adotando para evitar a entrada de novos casos da Covid-19 no país.

Na decisão, Barroso também cita o surgimento da ômicron, nova variante da doença.

"Diante da inércia do governo federal em revisar a Portaria nº 658/2021, do risco iminente de disseminação de nova cepa de Covid-19, da aproximação das férias e de grandes eventos turísticos (como o Carnaval), o requerente pede, liminarmente, que o STF determine a adoção das medidas recomenda-

das pela Anvisa", resumiu o ministro. Atualmente, é necessário apenas um teste negativo para a doença e a assinatura de uma declaração de que está de acordo com as medidas sanitárias estabelecidas pelas autoridades locais para entrar no Brasil. Na ação, porém, a Rede cita que diversos países exigem o passaporte de vacinação e que o Brasil corre risco de se tornar o destino preferencial do turismo antívacina.

A tese do partido é que, apesar de a Anvisa ser um órgão opinativo e os ministérios terem o poder de decidir, o governo tem sido omissivo e o presidente, negacionista.

O Planalto realizaria na tarde desta segunda-feira uma reunião para decidir o controle sanitário das fronteiras, mas cancelou o encontro, após a decisão de Barroso. Conforme publicou o jornal Folha de S.Paulo, aliados do presidente não querem tomar decisão que desagrade a militância bolsonarista. Avaliam que o STF acabará decidindo sobre o controle das fronteiras. Ainda que o presidente seja frontalmente contrário ao passaporte de vacina, essa não é uma unanimidade no governo. Na reunião desta segunda, que acabou cancelada, representantes do Ministério da Saúde iriam propor ao Planalto seguir as recomendações da Anvisa.

AGRESSÕES

Mulheres jornalistas recebem o dobro de ataques no Twitter

As ofensas recebidas por mulheres jornalistas no Twitter são mais que o dobro das destinadas aos profissionais homens. Comunista, jornalista, ridícula, canalha, preta são alguns dos termos mais usados contra elas, na tentativa de agressores de deslegitimar o trabalho jornalístico.

A conclusão faz parte de um estudo de 200 perfis de jornalistas brasileiros na rede social que busca compreender os padrões de ataques a eles em ambientes digitais, com foco em questões de gênero e raça. O trabalho foi feito pela Revista AzMina e pelo InterNetLab, junto com Volt Lab e INCT-DD, com apoio do ICFJ (International Center for Journalists).

Foram identificados 7,1 mil tuítes com conteúdo ofensivo em 133 perfis de mulheres e 67 de homens jornalistas, a partir de uma amostra com mais de 8 mil posts publicados de 1º de maio até 27 de setembro deste ano. A análise concluiu que as profissionais que atuam na cobertura política são mais ex-

postas aos ataques nas redes sociais. Enquanto os jornalistas homens receberam 8% de mensagens hostis, as mulheres receberam 17% de tuítes com ataques.

Características físicas, assim como a idade, relações de parentesco e histórico das profissionais são mencionados por agressores, que questionam ainda a capacidade de análise das profissionais.

As ofensas contra as mulheres também foram identificadas nos comentários enviados aos profissionais homens, que incluíam xingamentos direcionados a familiares do gênero feminino. No ranking elaborado pelo estudo com os dez profissionais mais ofendidos, seis são mulheres.

A lista é liderada por Eliane Cantanhêde (O Estado de S. Paulo), seguida por Vera Magalhães (O Globo e Roda Viva). As jornalistas Miriam Leitão (O Globo), Daniela Lima (CNN Brasil) e Mônica Bergamo (Folha de S.Paulo), aparecem em 4º, 5º e 6º lugar, respectivamente.

CÂMARA

Projeto cria cadastro nacional de pedófilos

Um cadastro nacional vai reunir pessoas condenadas por crimes relacionados à pedofilia. A Comissão de Seguridade Pública da Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que cria esse cadastro.

Os dados serão levantados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além das informações, a ficha contará com foto do condenado.

Entre os crimes estão estupro de vulnerável; corrupção de menores; exploração se-

xual de criança, adolescente ou vulnerável; e delitos praticados por meios digitais, como produzir, armazenar, divulgar ou expor vídeo de sexo envolvendo criança ou adolescente.

A matéria é de autoria do deputado Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) e será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Como tem caráter conclusivo, uma vez aprovada, não vai a plenário.

PROJETO DE LEI

Comissão da Câmara aprova busca ativa para estudantes fora da escola

Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados deve criar a Política Nacional de Busca Ativa de Crianças e Jovens em Idade Escolar. O objetivo é evitar a evasão dos estudantes.

"A proposta vem em momento oportuno, já que a evasão escolar está numa situação alarmante. Milhares de crianças em idade escolar já estavam ausentes das salas de aulas antes da

pandemia de Covid-19, e a tendência é que isso piore significativamente, devido às mudanças sociais decorrentes da crise econômica", argumenta o relator da matéria, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

Ao apresentar o projeto, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) mostrou as estatísticas de 2019, quando mais de 620 mil estu-

dantes abandonaram a escola.

Para buscar as crianças e jovens em idade escolar, a autora propõe o recenseamento anual; a formação, em estados e municípios, de comitês intersetoriais para a busca ativa, integrados por representantes das áreas de educação, assistência social e saúde; e a identificação de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de

evasão.

A União prestará assistência técnica e financeira a estados e municípios para a implementação da política.

A proposta ainda será analisada pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Como tem caráter conclusivo, uma vez aprovada por elas, a proposta não precisará passar por plenário.

instabilidade, disse à reportagem um policial do alto escalão. Do lado presidente, a aposta é a de que o inquérito policial nada provará sobre as suspeitas e que o ex-juiz da Lava Jato sairá do episódio desmoralizado. A apuração foi aberta em abril de 2020 a pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), após a saída de Moro do governo, quando pediu demissão do cargo e denunciou uma suposta interferência de Bolsonaro na PF para a proteção de aliados e familiares. O inquérito prolongou-se, entre outras razões, pelas dúvidas suscitadas quanto ao modelo de depoimento que Bolsonaro deveria prestar. Ele se negou a ser interrogado pessoalmente. Depois, admitiu prestar o depoimento. Nesse vaivém, mais de um ano se passou à espera de uma definição. O inquérito está a cargo da Cinq (Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores), chefiada pelo delegado Leopoldo Soares Lacerda, que interrogou o presidente no início de novembro no Palácio do Planalto.

Nota

PF TEME USO ELEITORAL DE INQUÉRITO COM ACUSAÇÕES DE MORO CONTRA BOLSONARO

Integrantes da cúpula da Polícia Federal querem o quanto antes um desfecho das investigações sobre as suspeitas de interferência política de Jair Bolsonaro na corporação. A dilação do inquérito que contrapõe o presidente a Sergio Moro, avaliam esses policiais, é motivo de exposição para a PF, no centro de polêmicas envolvendo o Palácio do Planalto nos últimos tempos. A chegada do ex-ministro da Justiça à pré-campanha presidencial para 2022 amplia esse desgaste. Aliados de Moro afirmam que as suspeitas que pesam contra o chefe do Executivo relativas à polícia serão inevitavelmente tema a ser explorado durante a campanha. E defendem a criação de mecanismos para blindar a polícia da ingerência dos políticos. A tese de que Moro tentou salvar a polícia de Bolsonaro segue de pé e é motivo de

DocuSigned by:

AUTENTICO
Acionista

6BF767B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodacionista.com.br

PESQUISA

Quase 3 milhões compraram produtos falsificados em um ano

ALANA GANDRA/ABRASIL

Pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ), revela que cerca de um quinto da população adulta fluminense (20,5%), o equivalente a 2,9 milhões de pessoas, comprou produtos falsificados neste ano.

Segundo o diretor do IFec RJ, João Gomes, o número de consumidores de produtos piratas nos últimos 12 meses no estado voltou ao patamar pré-pandemia, em 2019 (3,3 milhões), depois de cair para 1,2 milhão de pessoas, no ano passado. Realizada em novembro, a pesquisa ouviu 293 cidadãos fluminenses e apurou que o gasto médio foi de R\$ 73,5 por compra, valor menor que o apurado em 2020 (R\$ 94,5) e superior ao registrado em 2019 (R\$ 62,8).

O consumidor tem consciência de que se trata de um produto pirata, que prejudica a economia, sabe que é crime, mas, mesmo assim, muitos dizem que vão continuar comprando", disse Gomes.

De acordo com a pesquisa, 93,6% dos entrevistados sabem que a pirataria é crime e 65,5% entendem que a compra de produtos piratas prejudica a economia do estado do Rio de Janeiro. A sondagem indica que 71,9% não pretendem continuar comprando produtos piratas, embora quase um terço ainda tenda a comprar, o que é um número também elevado. Um dado relevante é que, para 47,6% dos pesquisados, o consumo de produtos falsificados favorece o aumento da violência e da criminalidade.

Cerca de 46,4% dos entrevistados querem mais campanhas educativas sobre os riscos do mercado ilegal para saúde e sobre os prejuízos para a economia. Para 29,2% dos consumidores, campanhas governamentais poderiam colaborar, seguidas por campanhas industriais e do varejo, com 24% e 22,5%, respectivamente.

RANKING

Equipamentos eletrônicos falsificados são os itens mais consumidos de forma ilegal, com 28,6%, seguidos por roupas, com 18,8%, e calçados, bolsas e tênis (17,1%). A chamada pirataria eletrônica ocupa o quarto e o quinto lugares da lista, por meio do download (transferência de dados) pela internet de filmes (16,3%) e programas de computador (15,9%), respectivamente. Na sequência, aparecem óculos (15,1%), download de músicas da internet (10,6%), brinquedos (9,4%), relógios (9%), TV por assinatura (8,6%), perfumes (7,8%), artigos esportivos (4,1%) e cigarros (2,4%).

O preço baixo é a principal razão apontada por 75,9% dos consumidores para a compra de produtos piratas nos últimos 12 meses. Os entrevistados apontaram também a facilidade para encontrar os produtos (15,9%); o fato de alguns serem "descartáveis" e, por isso, não importa tanto a qualidade (11,8%); o fato de o artigo falsificado estar disponível antes do original (10,2%); e a questão do status (4,1%).

João Gomes alertou, contudo, que dependendo do produto, pode haver consequências

indiretas para o consumidor, inclusive afetando a saúde. Calçados, por exemplo, podem provocar problemas na coluna, mais tarde; um dispositivo eletrônico ou um download pirata podem prejudicar o computador; brinquedos podem conter tinta ou produtos prejudiciais para crianças quando levados à boca. São questões que precisam ser observadas porque muitos produtos ilegais podem afetar a saúde do consumidor diretamente ou de alguém próximo, acrescentou.

Entre as pessoas que afirmaram ter consumido produtos piratas nos últimos 12 meses, 65,3% disseram já ter se arrependido da compra. A baixa qualidade lidera a lista das reclamações, com 86,2%. Já para 27,6%, a falta de garantia foi o principal motivo de descontentamento. Outras causas apontadas foram experiências negativas, como a impossibilidade de troca (13,2%), descobrir que o produto era roubado (4,6%) e problemas de saúde desencadeados pelo uso do produto (1,3%).

Para 59,6% dos entrevistados, os produtos originais são mais caros por causa dos impostos elevados. Entre as soluções para combater a pirataria, foram citadas redução da carga tributária (79%), melhoria da educação (52,8%), conscientização da população sobre os prejuízos causados pelo consumo desses produtos (46,8%), emprego (43,8%), aprovação de leis mais duras e penas mais longas (22,5%) e aumento da integração entre Polícia Federal e estadual (12,7%).

João Gomes destacou que os artigos piratas, que não são taxados na produção, importação ou comercialização, acabam prejudicando a arrecadação e promovendo concorrência desleal ao comércio formal, contribuindo ainda para o desemprego e o aumento da criminalidade.

E-COMMERCE

Outra preocupação é a expansão das vendas online, no cenário da pandemia de Covid-19. Para 69,3% dos entrevistados, o crescimento das compras no mundo virtual poderia aumentar a venda de produtos piratas, revelando aumento de 7 pontos percentuais em comparação ao ano passado; 43,1% confirmaram que teriam comprado pela internet um produto pirata pensando ser original, crescimento de 13 pontos percentuais em relação a 2020. A pesquisa confirmou, porém, que os consumidores estão atentos porque 91,8% disseram se certificar se o site é seguro para evitar problemas com produtos falsificados ou roubados.

De acordo com Gomes, o trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RJ no combate à pirataria recebeu este ano o Prêmio Nacional de Combate à Pirataria (PNCP), na categoria Educacional - impactos voltados ao consumidor, uma iniciativa do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. A iniciativa visa chamar a atenção para a necessidade de evitar o comércio não legalizado, que tem relação com o crime organizado e prejudica o comércio formal.

ÁFRICA DO SUL

Presidente diz que variante avança e apela por vacinação

O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, disse, nessa segunda-feira (6), que o país começa sua quarta onda da pandemia de Covid-19 em meio aos novos casos de infecção pela variante ômicron e fez um apelo para que as pessoas se vacinem. As informações são da CNN.

O sul-africano afirmou que os hospitais têm intensificado os preparativos para receber mais pacientes. "Na última semana, o número de infecções diárias aumentou cinco vezes. Quase um quarto de todos os testes Covid-19 agora dá positivo. Compare isso com duas semanas atrás, quando a proporção de testes positivos estava em torno de 2%."

CRÍTICA

Papa diz que jovens estão nas redes sociais, mas são pouco sociáveis

O Papa Francisco alertou ontem que muitos jovens "estão nas redes sociais, mas não são muito sociáveis", vivendo "prisioneiros dos seus telemóveis". Durante encontro em Atenas, na Grécia, Francisco pediu que eles se encontrem e não se fechem. Ele encerrou visita ao país, onde chegou no sábado passado procedente do Chipre, em sua 35ª viagem.

"Corremos o risco de esquecer quem somos, obcecados por milhares de aparências, por mensagens esmagadoras que fazem a vida depender das roupas que vestimos, do carro que conduzimos, da maneira como os outros nos olham", alertou o papa, no pavilhão desportivo da escola internacional de São Dionísio das monjas ursulinas de Atenas, diante de jovens, professores e religiosos, sentados a

Ramaphosa pediu para os sul-africanos irem aos postos de vacinação e cobrou o uso de máscaras. "A África do Sul agora tem suprimentos suficientes de vacinas e temos estações de vacinas instaladas em todas as partes do país. A cada dia que passa e as infecções aumentam, os motivos para a vacinação se tornam mais convincentes e a necessidade cada vez mais urgente. Devemos revigorar nosso programa de uso de máscaras, onde insistimos em não entrar em qualquer instalação pública ou comercial sem uma máscara."

O Conselho de Comando Nacional do Coronavírus da África do Sul convocará uma reunião "em breve", segundo o presiden-

te, para revisar o estado da pandemia, o que permitiria ao país tomar "quaisquer medidas adicionais necessárias para manter as pessoas seguras e saudáveis".

OMS pede vacina

Na semana passada, a OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou um alerta afirmando que a variante ômicron representa um risco global "muito alto" e poderá se espalhar pelos territórios de diferentes continentes de forma acelerada. A entidade fez ainda um apelo para que doses de vacinas sejam distribuídas aos países mais pobres.

De acordo com a entidade, em alguns locais, a mutação do vírus da Covid-19 poderá ter

"graves consequências". Na semana passada, o governo sul-africano alertou a agência sobre a identificação da nova mutação do vírus da Covid-19. E, como consequência, governos em várias regiões do mundo passaram a colocar barreiras para diversos países africanos, gesto que foi criticado pela OMS.

Para a agência, porém, o momento é de atenção. "A ômicron tem um número sem precedentes de mutações de picos, algumas das quais são preocupantes por seu potencial impacto na trajetória da pandemia", disse a OMS. "O risco global geral relaciona à nova variante de preocupação da ômicron é avaliado como muito alto".

distância devido às medidas de combate ao novo coronavírus.

Francisco aconselhou os jovens a reconhecerem o seu próprio valor, por aquilo que são e não por aquilo que possuem. "Não tens valor pela marca de roupa ou calçado que usas, mas porque és único, és único", disse.

Ele citou como exemplo uma passagem da Odisseia de Homero, especialmente quando o personagem Ulisses encontra as sereias durante a sua jornada, e elas atraem os marinheiros com os seus cantos para os fazerem chocar contra os recifes.

As sereias de hoje "querem hipnotizá-los com mensagens sedutoras e insistentes" e "visam o lucro fácil, as falsas necessidades do consumismo, o culto ao bem-estar físico, a diversão a todo o custo", disse.

"Queres fazer algo novo na vi-

da? Queres rejuvenescer?" perguntou Francisco. "Não te contentes em publicar um post ou um tuíte. Não te contentes com encontros virtuais, procura os reais, principalmente com aqueles que precisam de ti; não procures visibilidade, mas sim os invisíveis. Isso é original, isso é revolucionário", afirmou.

Para o Papa, atualmente muitos jovens "estão nas redes sociais, mas não são muito sociáveis, encerrados em si mesmos, prisioneiros do telemóvel que têm nas mãos". "No ecrã (tela) falta o outro, os seus olhos, a sua respiração, as suas mãos", insistiu.

"O ecrã facilmente se torna um espelho, onde tu pensas que estás diante do mundo, mas na realidade estás sozinho num mundo virtual cheio de aparências, de fotos alteradas para ficar sempre lindos e em forma",

disse.

O papa pediu aos jovens que saiam "das suas zonas de conforto" porque, embora "seja mais fácil sentar-se no sofá em frente à televisão", isso é "algo de velhos".

"Ser jovem é reagir, abrir-se quando se sente só, procurar os demais quando vier a tentação de se fechar", acrescentou.

Ele deu um último conselho: "Sonhem grande! E sonhem juntos! Mesmo que haja sempre alguém que vos diga: 'Deixem estar, não arrisquem, é inútil' ". O papa considerou esses últimos "como anuladores de sonhos, assassinos da esperança, nostálgicos incuráveis do passado".

A viagem ao Chipre e à Grécia foi marcada principalmente pela denúncia da indiferença dos países europeus perante o problema das migrações.

VIOLAÇÃO

Suu Kyi, líder de Myanmar deposta por golpe militar é condenada a dois anos

Um tribunal de Myanmar sentenciou, ontem, a ex-líder civil Aung San Suu Kyi a dois anos de prisão, sob acusações de incitação à dissidência e violação de restrições impostas para conter a Covid. Inicialmente, a pena anunciada foi de quatro anos, mas após algumas horas e várias manifestações de repúdio contra a decisão, foi reduzida pela meta-de-pelo cabeça das Forças Armadas do país. O "perdão parcial" concedido pelo regime foi divulgado pela TV estatal, que não explicou o motivo da redução.

A corte, no entanto, é controlada pela junta que depôs Suu Kyi em um golpe de Estado em 1º de fevereiro, o que levou observadores internacionais a descreverem o julgamento como uma farsa. O hoje ex-presidente Win Myint, também deposto pelos militares, recebeu a mesma sentença.

Questionados por agências de notícias internacionais, os porta-vozes do regime não deixaram claro que impacto imediato a decisão desta segunda tem sobre Suu Kyi. Detida desde fevereiro, ela raramente foi vista em público, e as circunstâncias de seu cárcere tampouco foram esclarecidas. O julgamento, realizado em Naypyitaw, ocorreu a portas fechadas, sem observadores independentes. Os advogados de defesa, que vinham sendo a única fonte de informação sobre o processo, são atualmente objeto de um mandado de silêncio sob alegação de que comentários po-

deriam desestabilizar o país.

Além das acusações pelas quais foi considerada culpada, Suu Kyi, 76, responde por outros nove supostos crimes, como corrupção, fraude eleitoral e violação de segredos de Estado. Se condenada por todos eles, pode pegar mais de cem anos de prisão.

Segundo a acusação de incitação à dissidência, os dois ex-líderes civis estavam envolvidos na circulação de uma carta não assinada com seus nomes que instava países estrangeiros a não reconhecerem a junta militar depois do golpe. Suu Kyi e Myint negam envolvimento e alegam que estavam sendo mantidos inoperantes internacionais a descreverem o julgamento como uma farsa. O hoje ex-presidente Win Myint, também deposto pelos militares, recebeu a mesma sentença.

Já a suposta violação das restrições impostas no âmbito da pandemia de Covid-19 teria ocorrido em setembro do ano passado, durante a campanha eleitoral da qual o partido de Suu Kyi, a Liga Nacional pela Democracia (LND), saiu vitorioso, em detrimento da legenda apoiada pelos militares. Os detalhes da violação, no entanto, não foram esclarecidos publicamente pela Justiça.

Mianmar vive um cenário de múltiplas crises, em que ao menos 1.300 pessoas foram mortas, e mais de 10 mil, feridas durante protestos contra o regime, de acordo com a Associação de Assistência a Presos Políticos de Mianmar. Também há um movi-

mento de forte repressão à imprensa livre, o que limita ainda mais a possibilidade de uma apuração independente dos acontecimentos no país.

Países ocidentais e organizações de defesa de direitos humanos como a Anistia Internacional e a ONG Human Rights Watch têm pedido a libertação da ex-líder mianmarese desde o golpe de 1º de fevereiro.

"As acusações foram ridículas, concebidas como retaliação a líderes populares", disse Richard Horsey, especialista em Myanmar do think tank International Crisis Group. "Portanto, os veredictos de culpa e as penas de prisão não são nenhuma surpresa."

Para a alta comissária de Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, a condenação de Suu Kyi "não tem nada além de motivações políticas" e "fecha mais uma porta para o diálogo político". Na visão dela, a decisão também vai aprofundar a rejeição popular à tomada de poder.

"Os militares estão tentando instrumentalizar os tribunais para remover toda a oposição", disse Bachelet. "Mas esses casos não podem fornecer um verniz legal para a ilegitimidade do golpe e do regime militar."

O enviado das Nações Unidas a Myanmar, Thomas Andrews, exortou os países-membros da entidade a considerarem a decisão um motivo para impor sanções contra o regime. "A sentença demonstra por que a comunidade internacional deve tomar me-

didadas mais firmes para apoiar o povo de Myanmar, negando à junta a receita e as armas de que eles precisam para continuar seu controle ilegítimo".

Nesta segunda, um grupo de nove países com poder de decidir sobre a entrada de novos membros na ONU decidiu adiar a tomada de decisão sobre a adesão da junta de Myanmar à entidade - o que, na prática, já indica oposição ao reconhecimento dos militares detidos desde o golpe.

Os Estados Unidos, por meio de um comunicado do secretário de Estado, Antony Blinken, trataram a sentença como uma afronta à democracia e à justiça e exigiram a libertação imediata da líder civil.

"O contínuo desrespeito do regime pelo Estado de Direito e o uso generalizado da violência contra o povo mianmarese sublinham a urgência de restaurar o caminho de Myanmar para a democracia", disse Blinken. "Ape-lamos ao regime para que ponha fim ao uso da violência, respeite a vontade do povo e restaure a transição democrática."

Nota

IPVA 2022 TERÁ DESCONTO DE 3% PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA

O governador Cláudio Castro publicou, ontem, no Diário Oficial, decreto que concede desconto de 3% para os donos de veículos que pagarem em cota única o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2022. A redução valerá para os pagamentos feitos de acordo com o calendário divulgado no dia 30 de novembro (confira as datas abaixo). O primeiro vencimento da quitação integral e da primeira parcela acontece no dia 21 de janeiro do próximo ano, para os veículos com placa final 0 (zero). Para os proprietários que preferirem parcelar, será permitido o pagamento em três vezes mensais iguais, sem o desconto de 3%.

DocuSigned by:

AUTENTICO

Acionista

6BF767B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA

ao fazer o download em nosso site

www.diarioacionista.com.br